PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 94/XV/1.ª

PELA PRESERVAÇÃO E DEFESA DA TAPADA DAS NECESSIDADES COMO ESPAÇO PÚBLICO

A Tapada das Necessidades, localizada na freguesia da Estrela, em Lisboa, é um espaço classificado de Interesse Público desde 1983, cujos 10 hectares são propriedade do Estado e são compostos por população arbórea extensa e rara, bem como por edifícios com valor histórico e patrimonial. Tendo passado por várias transformações ao longo dos anos, tem, hoje, uma função importante de espaço verde e convívio.

Em 2008, foi assinado um protocolo entre o então Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e a Câmara Municipal de Lisboa, que transferiu a "gestão, reabilitação, manutenção e utilização" da Tapada para a autarquia. No entanto, durante mais de uma década, a requalificação da Tapada das Necessidades não aconteceu, mantendo-se o abandono dos edifícios.

A Câmara Municipal de Lisboa, ao invés de cumprir o estipulado no protocolo, avançou, em 2019, para a concessão do espaço a privados e aprovou um plano de requalificação da Tapada que implicará demolições de parte do antigo Jardim Zoológico.

Já em 2021, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa anunciou que as intervenções estarão sujeitas a um Plano de Salvaguarda da Tapada que estará terminado em outubro do presente ano, mas nada adiantou sobre a concessão a privados.

O plano aprovado para a transformação da Tapada das Necessidades prevê a requalificação do jardim e da Tapada, mas também a concessão de vários espaços para estabelecimentos de restauração que serão geridos pela Banana Café Emporium, que ganhou o concurso em 2016. Esta empresa comprometeu-se a investir cinco milhões de

euros no espaço e a realizar a reabilitação do mesmo. Ao contrário do que mandam as regras da transparência, o contrato de concessão entre a Câmara Municipal de Lisboa e a empresa Banana Café Emporium não é público.

O projeto de requalificação da Tapada das Necessidades e o a concessão do espaço público a privados foi contestada pela população de Lisboa que se mobilizou, apresentando uma petição que ultrapassou as 10 mil assinaturas. A população considera que não foi ouvida pela Câmara de Lisboa e opõe-se ao acesso a carros, às demolições que estão previstas no plano de requalificação e à construção de edifícios dentro da Tapada.

Fica patente que a CML não cumpriu o acordado no protocolo com o Ministério da Agricultura, que, pela falta de investimento, contribuiu para a degradação da Tapada das Necessidades, e que pretende avançar com uma concessão do espaço a privados que atenta contra o património único do local, contra o espaço público de usufruto livre e contra o Direito à Cidade.

A preservação e defesa de espaços como o da Tapada das Necessidades nas nossas cidades é fundamental de ser garantida, bem como é fundamental garantir que os e as cidadãs são ouvidas nestes processos. Como agravante neste caso, os protocolos existentes com o Estado não foram cumpridos, pelo que se considera que o interesse público deve ser salvaguardado.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou este projeto de resolução na legislatura passada, mas acabou por não ser agendado e discutido. Assim, reapresentamos o Projeto de Resolução n.º 1318/XIV/2.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

1 - Revogue o protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Agricultura, considerando o reiterado incumprimento do mesmo, pela salvaguarda do interesse público e cumprimento do regime de proteção das matas nacionais.

2 - Inste a Câmara Municipal de Lisboa a suspender a concessão a privados da Tapada das Necessidades, tendo em conta o superior interesse público do espaço.

3 - Proceda a um processo de auscultação e participação pública, que inclua autarcas, munícipes e demais entidades competentes, sobre o futuro do espaço.

Assembleia da República, 8 de junho de 2022.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Catarina Martins

Joana Mortágua; José Soeiro